

RENEGOCIAR A DÍVIDA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 16.06.1981

As reiteradas e inevitáveis visitas de nossas autoridades econômicas aos centros financeiros internacionais servem para nos fazer lembrar que a restrição básica que sofre a política econômica brasileira, e que está nos levando a uma das mais graves crises de desemprego da história deste País, é a dívida externa e não a inflação. E o profundo desequilíbrio de nossas contas externas que nos levou a aceitar as pressões dos banqueiros internacionais e a adotar, especialmente a partir de novembro de 1980, significativamente quando o ministro do Planejamento desembarcava de uma viagem a Nova York, uma política econômica ortodoxa, monetarista, que, além de provocar desemprego em massa, certamente implicará em um grave retardamento do desenvolvimento econômico nacional.

Naquele momento o governo brasileiro, que no plano da política externa vem tão cuidadosamente preservando e aumentando mesmo a nossa independência política através da ação do Itamarati, no plano econômico hipotecava nossa soberania ao capital bancário internacional.

É certo que fomos irresponsáveis. Nosso endividamento alcançou graus tão elevados porque aumentaram os preços do petróleo, mas também porque utilizamos os recursos externos não apenas para investir, mas também para consumir. Entre 1967 e 1973 cometemos esse erro, quando tínhamos margem de liberdade para não cometê-lo. Depois nossa margem de manobra diminuiu. Mas mesmo assim poderíamos ter realizado uma política econômica muito mais severa e seletiva no controle das importações. É certo também que nossa política econômica entre agosto de 1979 e novembro de 1980 foi desastrosa, reduzindo muito nossa credibilidade externa.

Mas é certo também que os banqueiros internacionais foram co-responsáveis no nosso processo de endividamento, empurrando-nos seus dólares sobranes de todas as maneiras. O Brasil era e sob muitos aspectos ainda é considerado um ótimo risco, dado seu enorme potencial econômico. Por outro lado é preciso reconhecer que os países centrais têm criado sérias dificuldades, ao equilíbrio de nossas contas externas, se já através do protecionismo às suas manufaturas, seja através da elevação da taxa de juros internacional. Sobre o último problema, o governo Mitterrand, no último fim de semana, denunciou a política monetarista dos Estados Unidos que, provocando a elevação da taxa de juros, “corresponde a um terceiro choque do petróleo”.

Na verdade, os banqueiros internacionais e os países centrais estão nos tratando a partir de uma posição de força. Chegou a hora de nós também adotarmos uma posição de força, ao invés de nos acovardarmos, como estamos fazendo atualmente. É claro que para fazermos isto não basta uma mudança de atitude de nossas autoridades monetárias. É preciso também que, através do controle seletivo das importações, reequilibremos a nossa balança comercial, mesmo que com o risco de recessões setoriais. Recessões setoriais, aliás, não necessárias, e muito melhores do que a atual recessão generalizada, que ameaça transformar-se em depressão.

Mas, uma vez alcançando este objetivo, para o qual é necessário um consenso nacional, deveremos dizer claramente aos banqueiros internacionais que vamos renegociar a nossa dívida. Que ano pretendemos pagá-la porque não podemos pagá-la, mas não queremos reescaloná-la, nem pretendemos uma moratória. Que queremos pagar nossas contas em dia e obter ao mesmo tempo novos e maiores créditos, que garantam a continuidade de nossas importações essenciais.

Renegociar a dívida, nesse sentido, significa que pagaremos nossas dívidas nos nossos termos, sem hipotecar nossa soberania: (1) sem aceitar a imposição de uma política recessiva como a atual, que é incompatível com a realidade brasileira; (2) sem sermos obrigados a conceder vantagens excepcionais para investimentos estrangeiros, embora continuando a considerá-los bem-vindos; (3) sem aceitarmos a importação de bens que temos perfeitas condições de produzir internamente apenas para obter alguns créditos suplementares.

Se equilibrarmos nossa balança comercial e obtivermos um consenso nacional sobre o assunto, teremos poder de barganha e força moral para realizarmos essa renegociação. É bom lembrar que nossa bancarrota representará também a falência do sistema financeiro internacional do qual somos um devedor pesadíssimo. Este não é o nosso único argumento, mas é o nosso grande trunfo. Um trunfo que precisa ser usado com energia e coragem para que possamos retomar o nosso desenvolvimento e combater a inflação interna com segurança, de acordo com nossos próprios métodos.(16/06)